

PREÂMBULO

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 12/2017 PROCESSO Nº 21/2017

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA REALIZAÇÃO: 31/08/2017, a partir das 10h00min

HORAS.

LOCAL: SEDE DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO

PARANÁ

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS.

1 - DA CONVOCAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, com Sede à Avenida Manoel Ribas, 2281, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, através de seu pregoeira e sua equipe de apoio, designada nos termos da Portaria nº 16/2017, de 28 de Junho de 2017, torna público, para o conhecimento de todos os interessados que realizará Licitação, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL", do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE (MAIOR DESCONTO)", regida pela Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, com alterações nos Decretos nº 3693/2000 e nº 3748/2001 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006 e suas alterações e pelas condições estabelecidas neste edital, a qual se subordina esta Autarquia, no dia 31 de Agosto de 2017, às 10h00, em sessão única, desde que atendidas as especificações constantes do presente edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser examinados no site do Conselho http://www.cropr.org.br.

2 - DO OBJETO

2.1- O presente Pregão Presencial, tem por objeto selecionar a proposta de Menor Preço (Maior Desconto) por Lote, para a **Aquisição de Materiais Gráficos**, que atendam às condições, quantitativos, e especificações mínimas estabelecidas no ANEXO I deste Edital.

3 – <u>DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u>

O pagamento será realizado <u>em até 10 (dez) dias corridos</u>, contados da data de entrega efetiva de todos os materiais ou conforme solicitação do Setor Específico.

Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

A Autarquia efetuará pagamento através de cobrança bancária; devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente para depósito ou via boleto bancário.

Os recursos orçamentários serão os provenientes das dotações estabelecidas pela Lei 4.324/64, devidamente regulamentada pelo Decreto 68.704/71, e que



compõe o seu orçamento para o exercício de 2017, sob a rubrica 6.2.2.1.3.01.01.04.004.002.017, Materiais de Divulgação e Distribuição, cuja dotação de custeio foram aprovadas pela Proposta Orçamentária para o exercício de 2017.

4 - DA MOTIVAÇÃO

A presente licitação faz se necessária para atender as necessidades dos Setores da Sede e das Regionais do Conselho Regional de Odontologia, sendo indispensável para o bom desempenho das funções do Conselho a aquisição dos bens objeto desta licitação.

5- EDITAL E ANEXOS

O edital e demais documentos pertinentes à presente licitação poderão ser examinados no site do Conselho http://www.cropr.org.br.

6- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar deste certame licitatório as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, desde que tenham atividade econômica e técnica, compatíveis com o objeto licitado.
 6.2 Restrições à participação:
 - É vedada a participação direta ou indireta na Licitação, de empresas que tenham em seu quadro, funcionários e ou dirigentes que atuem de forma direta ou indireta em Conselhos de Odontologia;
 - 2. De empresas que possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade e regularidade fiscal.
 - 3. Não será permitida a participação de consórcio de empresas.
 - 4. A inobservância das vedações anteriores é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitarse-á às penalidades cabíveis.

7 - DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 A licitante poderá apresentar-se através de pessoa credenciada, representante legal, procurador ou titular.
- 7.2 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante, deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).



- 7.3 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento (ANEXO II deste Edital) que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 7.4 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e demais alterações eventualmente existentes, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8 - DA APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

- 8.1 O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ CRO/PR, ora denominado órgão licitador, torna público que <u>até às 09h: 30m do dia 31 de Agosto de 2017</u>, em sua sede administrativa sito à com sede à Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba, Estado do Paraná, receberá a documentação e propostas através de protocolo na secretaria da sede para a execução dos serviços objeto do presente edital.
- 8.2 A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta; o licitador não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.
- 8.3 A proponente deverá entregar ao Pregoeira, no local, na data e na hora fixada neste edital, a proposta composta de 2 (dois) envelopes distintos:
 - a) ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS;
 - b) ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTAÇÃO;
- 8.4 Os envelopes, individualizados, deverão ser entregues fechado e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE
NOME DO ÓRGÃO LICITADOR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 - CRO/PR
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
DATA:/

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE
NOME DO ÓRGÃO LICITADOR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 - CRO/PR
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO
DATA:/



- 8.5 Após o horário estabelecido neste edital nenhuma proposta será recebida.
- 8.6 A proposta e documentos deverão ser escritos em língua portuguesa e não deverão conter rasuras.

9 - DOS ELEMENTOS INSTRUTORES

São partes integrantes deste edital os seguintes elementos:

- ANEXO I OBJETO;
- ANEXO II CREDENCIAMENTO (MODELO);
- ANEXO III PROPOSTA;
- ANEXO IV DECLARAÇÃO;
- ANEXO V MINUTA CONTRATUAL

10. PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE Nº 01

- 10.1. A PROPOSTA (Anexo III deste Edital) que deverá ser obrigatoriamente preenchida datilograficamente ou processada em computador pela licitante, nos espaços e colunas adequados, constando todos os dados ali requeridos, de forma clara, sem omissões, ressalvas ou correções, irregularidades ou defeitos de linguagem que dificultem ou confundam o julgamento. Deve ainda estar datada e assinada pelo representante legal na última folha e/ou rubricada nas demais folhas e anexa.
- 10.2. O proponente deverá preencher, na Proposta, todos os campos daquele documento em que constem as indicações preenchimento obrigatórias, informando na proposta qual é o preço unitário (por lote) e total líquido, fixo e irreajustável, expressos em moeda nacional corrente, com no máximo 03 (três) casas decimais, para materiais CIF-CURITIBA/PR.
- 10.3. Não serão aceitos documentos anexados à Proposta em papel fax-smile, bem como, não serão considerados, os documentos cujas cópias estejam ilegíveis, no todo ou em parte.
- 10.4. Serão desclassificadas as propostas das licitantes que:
 - a) contenham rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, ressalvas, correções, irregularidade ou defeito de linguagem capaz de dificultar o julgamento;
 - b) não atendam aos requisitos exigidos no Edital e seus anexos;
 - c) não apresentem documentos nos termos exigidos neste Edital e seus anexos;
- 10.5. Nos preços oferecidos deverão estar incluídos todos os itens de despesa, seja qual for o seu título ou natureza, entre os quais, os relativos a transporte, encargos, impostos, acessórios, taxa de administração, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas, de seguro e ainda, lucro, insumos, de modo



que o objeto desta licitação será entregue no CRO/PR, livre e desembaraçado, pronto para o uso a que se destina.

11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

- 11.1. O envelope de nº. 2 DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação do licitante, os seguintes documentos:
- 11.2. CRF Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), expedido pela Caixa Econômica Federal, em vigor, conforme legislação própria.
- 11.3. Certidão Negativa de Débito CND, do Instituto Nacional do Seguro Social INSS, em vigor, conforme legislação própria.
- 11.4. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Divida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Receita Federal do Brasil, em vigor, conforme legislação própria.
- 11.5. Prova de Situação Regular para com a Fazenda Municipal mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda ou Órgão Equivalente do Município onde se encontra estabelecida a sede ou filial da Licitante, pela qual se efetuará o faturamento dos serviços, objeto desta licitação.
- 11.6. Declaração relativa ao inciso V, artigo 27 da Lei n.º 8.666/93, ANEXO IV.
- 11.7. Um atestado de capacidade técnica fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a capacidade da licitante.
- 11.8. Os documentos enumerados nos subitens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.5, 11.6 e 11.7, poderão ser apresentados: em sua via original, por meio de fotocópia autenticada por cartório competente ou por servidor desta Autarquia ou por impressão via Internet, cuja autenticidade será verificada em "site" próprio do Órgão Expedidor.
- 11.9. A autenticação feita por servidor deste Conselho poderá ser feita nas dependências desta Autarquia. Frisa-se, contudo que os documentos têm de estar autenticado em momento anterior ao da sessão de abertura dos envelopes, sendo vedada a autenticação de documentos inseridos no envelope de habilitação, após o início da sessão.
- 11.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 11.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a



regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

11.10.2 - A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou a revogação da licitação, ou item, conforme o caso.

12. DA SESSÃO DO PREGÃO

- 12.1. A sessão do pregão será realizada com os seguintes procedimentos:
 - 12.1.1. No horário estabelecido no subitem 8.1 deste Edital o Pregoeira declarará aberta a sessão para realização do pregão, quando então dará início aos trabalhos anunciando o recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentação, regularmente entregues na secretaria da sede, pelos licitantes e em seguida solicitará aos licitantes presentes que lhe sejam apresentados os credenciamentos e a identificação dos representantes dos licitantes, encerrando-se neste momento, o recebimento de credenciamentos.
 - 12.1.2. Analisados os credenciamentos apresentados, o Pregoeiro anunciará aos presentes as condições desses documentos, os poderes, os limites de participação de cada licitante.
 - 12.1.3. Encerrada a fase de credenciamento, o Pregoeiro dará início à abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes, que, após minuciosa análise quanto ao atendimento das exigências editalícias, deliberará sobre a desclassificação daquelas consideradas desconformes com o Edital e seus anexos e daquelas cujo(s) preço(s) seja(m) superior(es) à de menor preço acrescida de 10% (dez por cento) sobre o seu valor, ordenando-as para a participação na apresentação de lances.
 - 12.1.4 Ocorrendo absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, o desempate será realizado por meio de sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação de lances.
 - 12.1.5. Classificadas e ordenadas às propostas, o Pregoeiro dará início à disputa entre os licitantes, por meio de lances verbais e em voz alta, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, a partir do credenciado pela licitante que apresentou o maior preço dentre as classificadas e as demais licitantes, registrando os lances ofertados e reordenando-os.
 - 12.1.6. A desistência, por parte do credenciado de qualquer das licitantes participantes em ofertar lance, quando convocado pelo Pregoeiro para fazê-lo, implica na sua exclusão da etapa de lances verbais, prevalecendo



na disputa o seu último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

12.1.7. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, conforme tabela abaixo, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o *preço unitário do lote*.

LOTE	MATERIAIS	LANCE MÍNIMO
1	Materiais Gráficos	R\$ 100,00

13. DO JULGAMENTO

13.1. O julgamento será procedido da seguinte forma:

13.1.1. O critério de julgamento será o menor PREÇO PELO LOTE único.

- 13.1.2. No momento em que os credenciados das licitantes classificadas desistirem da apresentação de lances verbais, observada a ordem estabelecida no subitem 12.1.5 deste Edital, o Pregoeiro declarará encerrada a etapa competitiva do certame.
- 13.1.3. Encerrada a etapa competitiva do certame o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto ao valor, com base na estimativa de custo constante do processo e decidirá motivadamente a respeito.
- 13.1.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, sob pena de perda do direito de preferência.
- 13.1.5. Não havendo lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 13.1.6. No caso de haver apenas uma oferta, e desde que esta proposta atenda a todos os termos do Edital e seus anexos, e desde que seu preço proposto seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 13.1.7. Encerrada a etapa de oferta de lances por parte das licitantes e analisada a proposta da licitante de menor preço e, tendo esta atendido todas as condições editalícias, o Pregoeiro abrirá o envelope de nº 2 (DOCUMENTAÇÃO), da licitante classificada em primeiro lugar, que, após



análise da documentação apresentada, achada de conformidade com as exigências do Edital, será declarada pelo Pregoeiro a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto da presente licitação.

- 13.1.8. Caso a licitante classificada em primeiro lugar não atenda às condições exigidas no Edital, seja na proposta ou na documentação de habilitação, o pregoeiro adotará o mesmo procedimento para a segunda colocada e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda plenamente ao Edital e seus anexos, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.
- 13.1.9. Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital e seus anexos, o Pregoeiro deverá negociar com a licitante vencedora de forma a obter melhor preço na aquisição ou contratação de serviços.
- 13.1.10. Da sessão do pregão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelas licitantes presentes.

14. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 14.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 14.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 14.3 Interposto o recurso, o Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 14.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 14.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6 A adjudicação será feita *por lote*.
- 14.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
- 14.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 14.7.2 quando encaminhadas via FAC-SÍMILE, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto ao Conselho Regional de Odontologia do PARANÁ;
- 14.7.3 as razões deverão ser protocoladas devidamente assinadas por seus subscritores na sede do CRO/PR, na com sede à Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba, Estado do Paraná, no horário de expediente, das 08h30minh às 17h00minh;



14.7.4 - não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.

15. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

A entrega será conforme solicitação do setor específico limitando a quantidade mínima de 1.000 unidade por itens; realizada no prazo máximo de até 10 (dez) dias, após a data da publicação da Homologação/Adjudicação na Imprensa Oficial do Estado, devendo ocorrer diretamente na sede do Conselho Regional de Odontologia do Paraná, localizado na com sede à Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba, Estado do Paraná, no horário das 09h00minh às 17h00minh de segunda-feira a sexta-feira.

A Licitante vencedora devera apresentar uma amostra de cada um dos objetos licitados para conferencia e aprovação dos mesmos, antes da confecção de todos; independente da aprovação da arte.

16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1 O objeto da presente licitação será recebido:
- 16.1.1 provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação, conforme Anexo I do Edital;
- 16.1.2 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos, e conseqüente aceitação.
- 16.2 Serão rejeitados no recebimento, os materiais fornecidos com especificações diferentes das constantes no ANEXO I e das informadas na PROPOSTA, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item abaixo.
- 16.3 Constatadas irregularidades no objeto do presente, o Contratante poderá:
 - a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.



17. DAS SANSÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. O atraso e a inexecução parcial ou total da obrigação assumida caracterizarão seu descumprimento e permitirão a aplicação das seguintes sanções:
 - 17.1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;
 - 17.1.2. multas;
 - 17.1.2.1. a multa será aplicada à razão de 0,3% (três décimo por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da obrigação.
 - 17.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;
 - 17.1.3. rescisão unilateral do contrato sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento de indenização ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, na razão de 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação;
 - 17.1.4. suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 17.1.5. indenização ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná da diferença de custo para contratação de outro licitante;
 - 17.1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 5 (cinco) anos;
- 17.2 As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Licitante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 17.3 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- 17.4. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
 - 17.4.1. retardarem a execução do pregão;
 - 17.4.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração
 - 17.4.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Nenhuma indenização será devida ao proponente pela apresentação da documentação ou elaboração das propostas de que trata o presente Edital.
- 18.2. Na hipótese de não haver expediente nos dias estabelecidos para a prática de quaisquer atos pertinentes a esta licitação, serão eles adiados, automaticamente, para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário e local, salvo comunicação expressa do Pregoeiro.



- 18.3. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar.
- 18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 18.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos no subitem anterior, em dia de expediente do CRO/PR.
- 18.6. Após a apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 18.7. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como, solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 18.8. É vedada à licitante retirar sua documentação, proposta ou parte dela, após a abertura da sessão do pregão.
- 18.9. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10. É vedado à adjudicatária a sub-contratação parcial ou total do objeto da presente licitação, sem a prévia autorização do CRO/PR.
- 18.11. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, e deverá ser anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 18.12. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e/ou propostas, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
- 18.13. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro, na sessão do Pregão.
- 18.14. Quaisquer informações ou esclarecimentos de dúvidas relativamente a este Edital, serão prestados pelo Pregoeiro do CRO/PR e/ou Assessoria Jurídica do CRO/PR, com sede à Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba, Estado do Paraná, das 08hs30min. até às 17hs00min., de segunda a sexta-feira, pelo FAX (41) 3025.9524 ou e-mail: contabilidade@cropr.org.br, respeitados os horários e dias acima indicados.

Curitiba, 23 de Agosto de 2017.

Marilza Rodrigues de Paula Pregoeira do Conselho Regional de Odontologia do Paraná



PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017 LICITAÇÃO - CRO/PR - MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO)

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS

ANEXO I

Lote	QTDE	MATERIAL	ESPECIFICAÇÕES
01	10.000	Folheto Câncer Bucal	Tam 21 cm x30 cm, 4x4 cores; couche 180 gramas, 2 dobras
01	5.000	Manual primeiros anos	Capa 21 cm x30cm, 4x4 cores; couche 180 gramas, miolo 21x30, cores 1x1, sulfite 120 g – 16 pag.
01	10.000	Manual odontologia hospitalar	Capa 21 cm x30 cm, 4x4 cores; couche 180 gramas, miolo 21x30, cores 1x1, sulfite 120 g –32 pag + capa.
01	50.000	Folheto Novos Caminhos	Tam 21 cm x30 cm, 4x4 cores; couche 180 gramas, 2 dobras – ate 10 modelos
01	5.000	Folheto Avulsionados	Tam 21 cm x15 cm, 4x4 cores; couche 150 gramas
01	10.000	Folheto 1º Ano	Tam 33 cm x57 cm, 4x4 cores; couche 250 gramas, 2 dobras – até 3 modelos
01	10.000	Envelope Oficio - Timbrado com Janela	Tam 11,4 cm x 22,9 cm, 4x4 cores; couche 120 gramas, com Janela de acetato, Acabamento: corte com faca especial, vinco e colagem.
01	1.000	Pasta para Diploma A4	Pasta para Diploma A4-Tamanho 24 cm x 33 cm (fechado)- 33 cm x 36,5 cm (Aberto)Papel Triplex 250g/Cores 4x4 +Aplicação de Verniz UV total/Acabamento:corte com faca especial

• Caso tenham interesse poderá retirar uma amostra similar dos objetos há ser licitados, na Sede do CRO/PR.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 LICITAÇÃO - CRO/PR - MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO)

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS

ANEXO II

CREDENCIAMENTO (MODELO)

ΑO

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ

Avenida Manoel Ribas, 2281, Mercês, Curitiba, Estado do Paraná Att. Sr. PREGOEIRO

a quem confere amplos poderes para representar nossa empresa junto a esse Órgão em todos os atos e reuniões relativos à licitação em referência, conferindo-lhe poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar atas, rubricar documentações e propostas de licitantes, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso. Por ser verdade firmo a presente.

Curitiba, de

telefone ____

de 2017.

profissão

Assinatura e/ou carimbo (com o nome e cargo do signatário) do representante legal da empresa licitante (reconhecer firma)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017 LICITAÇÃO - CRO/PR - MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO)

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, nossa proposta de preços relativo a aquisição de materiais de informática, conforme as quantidades e especificações técnicas descritas nesta proposta.

O prazo de entrega é de até 10 dias, contados da data da publicação da homologação/adjudicação.

O prazo de validade da proposta de preços é de (mínimo de 30) dias, a partir da entrega do envelope da proposta.

Atenciosamente.

Local e data. Razão social, endereço, telefone e CNPJ da empresa (carimbo, nome e assinatura do responsável legal - carteira de identidade, nº e órgão emissor)



LICITAÇÃO - CRO/PR MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Identificação da Empresa Licitante:
CNPJ da Empresa Licitante:
Em atendimento ao disposto no subitem 11.6 do Edital Pregão Presencial
nº 12/2017, declaramos, sob as penas da lei, que nesta empresa não há
trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou
insalubre ou qualquer trabalho atribuído a, ou realizado por, menores de 16
anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93
(com redação dada pela Lei $n^{\rm o}$ 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na
condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.
Local e Data:

Assinatura e carimbo do representante legal da Licitante



LICITAÇÃO - CRO/PR MENOR PREÇO (MAIOR DESCONTO) PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRAFICOS, QUE FIRMAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, autarquia de Direito Público, instituído pela Lei n. 4.324, de 14 de abril de 1964, e Regulamentada pelo Decreto n. 768.704, de 03 de junho de 1971, com Sede à Avenida Manoel Ribas, 2.281 – Mercês, na cidade de Curitiba (PR), representado por seu presidente, Dr. Aguinaldo Coelho de Farias, brasileiro, casado, cirurgião Dentista, portador da cédula de identidade nº 4.368.365-9 SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº. 633.990.759-87 e a Empresa- localizada n na cidade de Curitiba/PR - CEP 80.230-080, neste ato representada pela Sr, denominada Contratada, que em razão do Pregão Presencial n. 12/2017, Processo n. 21/2017, Ratificada pelo senhor Presidente, celebram entre si, o presente instrumento contratual, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

- 1.1 O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ receberá da Contratada os seguintes produtos: Materiais Gráficos, onde a empresa deverá entregar o objeto deste edital, no prazo de até 10 dias, contados da solicitação.
- 1.2 **Será solicitado** conforme a necessidade do CRO/PR, sendo o pedido mínimo de **1.000 unidades cada produto.**

2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 2.1. A responsabilidade da CONTRATADA é integral para com a liberação do objeto contratado.
- 2.2 A CONTRATADA é a única responsável em qualquer caso por dano ou prejuízo que eventualmente possa causar a terceiros, em decorrência do objeto ora contratados, sem



qualquer responsabilidade ou ônus para a Contratante pelo ressarcimento ou indenização devidos.

- 2.3. Todo objeto será executado sob responsabilidade direta e exclusiva de profissional ou empresa a ser contratada pela CONTRATANTE, não sendo objeto deste contrato.
- 2.4. Correrão conta da CONTRATADA:
- 2.4.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da contratação dos serviços, objeto desta licitação;
- 2.4.2. As contribuições devidas a Seguridade Social;
- 2.4.3. Todos os encargos trabalhistas, taxas, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, emolumento e demais despesas necessárias.
- 2.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões no objeto deste contrato, que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;
- 2.6. Indenizar a CONTRATANTE, ou terceiros, por danos que lhe causar em decorrência de culpa na execução deste contrato;
- 2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Objeto deste Edital do Processo Licitatório nº. 021/2017.
- 2.8. Não transferir ou ceder o objeto deste contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 2.9. Deverá fornecer o objeto de acordo com o especificado neste instrumento.

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 - Deve o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ fiscalizar o que for necessário para o bom cumprimento do Contrato, bem como realizar o pagamento da forma expressa neste contrato.

4. DO INÍCIO E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 – O inicio de vigência do presente Termo se dá na data de sua assinatura, durando 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

5. DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será realizado em parcela única, com base na quantidade de produtos solicitados e desde que tenham sido executados em condições satisfatórias e que a nota fiscal e/ou fatura tenham sido protocolizadas no setor de Contabilidade do CRO/PR, com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data de seu vencimento.



- 5.2 Em havendo a ocorrência de erro ou dúvida, esta será imediatamente comunicada por ofício e mediante protocolo de recebimento à Contratada, restando o pagamento suspenso até a retificação da fatura, não correndo nesse período e nessas hipóteses qualquer multa ou juros contra o CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ;
- 5.3 Nenhum pagamento será liberado à Contratada sem que esta prove ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, a sua regularidade com a contribuição social relativa ao sistema de Seguridade Social INSS, respeitando-se, porém, o prazo de validade das certidões negativas que apresentou e que deverá renovar regularmente.

6. DAS PENALIDADES

- 6.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, em multa pecuniária de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;
- 6.2 À empresa/pessoa adjudicada que deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, ou que venha a infringir preceitos legais, ser-lhe-ão aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, uma ou mais das penalidades, conforme lei, a juízo da Autarquia, mediante o devido processo legal, e sem prejuízo da eventual decisão de rescisão contratual e de indenização compensatória.
- 6.3 A intenção da aplicação de quaisquer penalidades será comunicada por intermédio de ofício com protocolo ou telegrama com aviso de recebimento e cópia integral de seu texto para os arquivos do **CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ**, admitindo-se defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação. Da Decisão de aplicação de penalidade caberá recurso também no prazo de 02 (dois) dias úteis, nos moldes do artigo 109 da Lei 8666/93.
- 6.4 Caracterizam-se como estorvos e embargos ao CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, sucessivas faltas de informação do andamento dos serviços contratados bem como a demora habitual na entrega das informações, entre outras hipóteses;

7. - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - O valor global total do contrato é de **R\$ ()**, e que irá onerar a dotação orçamentária corrente, sob número 6.2.2.1.1.01.04.04.002.017 - Materiais de Divulgação e Distribuição Gratuita.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 8.1 A tolerância ou não exercício, pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, de quaisquer direitos a ele assegurado neste Contrato ou na lei em geral não importará em novação ou renúncia a quaisquer desses direitos, podendo o Contratante exercitá-los a qualquer tempo;
- 8.2 Para qualquer intimação ou oficialmente que se fizer necessário pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ à Contratada, servirá de substitutivo o telegrama a empresa com cópia integral do texto expedido e termo de aviso de recebimento do destinatário, por seus prepostos, pelo serviço de correios;
- 8.3 O presente Contrato poderá ser alterado ou modificado mediante Termo Aditivo, desde que respeitado o Edital de Licitação e as disposições legais, ou unilateralmente pelo CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ, para a melhor adequação técnica a seus interesses, assegurando-se a Contratada todos os direitos de intangibilidade no equilíbrio-econômico da obrigação e na natureza da prestação, nos termos da Licitação;
- 8.4 Fica eleito o foro da Seccional da Justiça Federal em Curitiba, para resolver quaisquer questões relativas ao presente Contrato, que resta firmado em 2 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, a fim de ser posteriormente, para sua eficácia, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 61, da Lei Federal 8.666, para publicação resumida na imprensa oficial.
- 8.5 Fazem parte integrante deste instrumento, como se nele transcritos fossem, para todos os efeitos legais, todo conteúdo do Edital e seus ANEXOS do Processo Licitatório nº. 021/2017, Modalidade Pregão Presencial nº. 012/2017 e a Proposta da CONTRATADA.

Curitiba (PR), de de 2017.

CONTRATANTE

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ CD- PRESIDENTE

CONTRATADA
CONTRATADA
Testemunhas: 1)
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO PARANÁ - CD- TESOUREIRO
Testemunhas: 2)